



RESULTADOS DO ENADE E PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO: UMA PARECERIA NECESSÁRIA?

Clarilza Prado de Sousa

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
clarilza.prado@uol.com.br

Anamérica Prado Marcondes

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
apmarcondes@pucsp.br

Sandra Lúcia Ferreira Acosta

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
sacosta@pucsp.br

Introdução: Contextualização do Estudo

A avaliação tem estado presente no cenário educacional brasileiro, com a implementação pelos órgãos governamentais de processos avaliativos ancorados em um discurso de melhoria da qualidade da educação.

Embora se apresente com ampla abrangência, atingindo diferentes níveis, quer seja a educação básica, ou a superior, os resultados produzidos por estas avaliações ainda não impactaram de forma relevante as políticas públicas. Continuando a valorização de práticas avaliativas, estas iniciadas na década de 90, a atual gestão do MEC, ampliou e desenvolveu um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES – Lei 10861/04, procurando regular e supervisionar as instituições de educação superior.

Dentre os aspectos normatizados pelo dispositivo legal, e revelando preocupação com a implantação da lei, foi instituída, em nível nacional, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES. A ní-



vel da instituição de ensino superior (IES), a referida lei prevê a implantação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão de representação acadêmica voltado para os processos de auto-avaliação institucional conduzidos pela comunidade acadêmica.

O presente texto apresenta um estudo sobre possibilidades de uma avaliação somativa, classificatória como o ENADE, com funções de orientar e regular políticas nacionais, para o desenvolvimento e reflexão particular em uma IES, constituindo-se em uma avaliação formativa.

A Avaliação do Desempenho do Estudante (ENADE), foco de interesse desse estudo, é realizada periodicamente, envolvendo gradativamente todos os cursos de graduação brasileiros. É definido como obrigatório e sua regularidade, seja pela efetiva participação do aluno ou pela dispensa oficial pelo MEC, é condição prévia à conclusão de curso de graduação, expedição e respectivo registro do diploma.

O ENADE tem suas raízes no Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão), instituído em 1995 (Lei 9131/95), com o objetivo de avaliar os resultados do processo de ensino-aprendizagem dos alunos concluintes, e que foi se consolidando como principal referência da qualidade das instituições. Por sua vez, o ENADE, buscando aferir o desempenho dos estudantes, apresenta diferenciais metodológicos importantes, uma vez que é aplicado em amostragem de alunos, tanto concluintes como iniciantes, visando também analisar o valor agregado do curso na formação do estudante.

O Provão foi aplicado no período de 1996 a 2003, sendo que, da última edição realizada em 2003, participaram do Exame mais de 470 mil formandos de 6 mil cursos de 26 áreas. Dados do último Exame Nacional de De-



sempenho dos Estudantes (ENADE), em 2007, indicam a expansão da avaliação, tendo sido avaliados 258.342 universitários, sendo participantes: ingressantes, concluintes, voluntários, candidatos irregulares de 2004, 2005 e 2006 além dos inscritos fora do prazo. Foram avaliados de 3.454 cursos de 16 áreas: Agronomia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Tecnologia em Radiologia, Tecnologia em Agroindústria, Terapia Ocupacional e Zootecnia.

Essa modalidade de avaliação, baseada em resultados de provas de rendimento escolar do aluno, tem recebido críticas de especialistas, que passam pelas questões do ranqueamento das instituições, de sua influência na conformação da docência e do currículo, da resistência à avaliação externa, dentre outros aspectos.

Autores como Fernandes (2005), Carvalho (2007), Gatti (2007) após análises sobre os exames e resultados considerados como modestos, elaboram críticas consistentes às medidas utilizadas para acompanhar o desempenho dos alunos e para avaliar os sistemas de ensino.

Estudos de Cunha (2002) e Sousa (2002) denunciam a lógica classificatória presente nos formatos de avaliação do Estado brasileiro, que gera o ranking institucional, incentiva à competitividade, sujeita à educação à regulação gerando efeitos nefastos sobre o currículos das escolas.

Cunha (2002), fazendo uma crítica específica ao Provão e calcada em pesquisa com instituições de educação superior, nos mostra que essa lógica traz embutida uma concepção filosófica e epistemológica, e, consumida pela comunidade acadêmica, está interferindo no processo en-



sino-aprendizagem e na profissionalidade dos docentes, gerando conformação desses profissionais. Sousa (2002), por sua vez, nos alerta para conseqüências na dinâmica institucional, trazendo o estímulo à competição entre instituições e no interior delas, refletindo na conformação dos currículos aos testes e na forma de gestão, com possível fortalecimento de mecanismos discriminatórios e ênfase na racionalidade técnica.

Outro aspecto enfatizado pelas autoras, assim como denunciam estudos de Marcondes (2002), a mídia se estabelece como parceira na estimulação do ranquiamento e na sujeição da educação às regras do mercado.

Sabemos que, embora tendo recebido muita ênfase, a convivência com a avaliação voltada para gestão de sistemas ainda não se constitui tradição ou cultura no Brasil. Constata-se que as análises se restringem à consideração de resultados finais, com fins classificatórios, levando a um reducionismo estático. Entendemos que os resultados das avaliações têm muito a oferecer e o seu uso, para tomadas de decisão, ainda é um processo de conquista e aprendizagem.

Procurando atuar no sentido de modificar os efeitos perversos que um processo avaliativo classificatório poderia ter para a instituição e buscando valorizar os pontos positivos que os resultados oferecem, desenvolvemos uma sistemática que possibilitasse a construção de conhecimentos sistematizados sobre a instituição baseados nos dados rigorosos que as avaliações externas produzem.

No ENADE, as informações trazidas por essa avaliação se constituem material que se mostrou de grande valia para utilização com caráter formativo. Conservando tradição já inaugurada em avaliações públicas, a elabora-



ção das provas é norteadas pelas orientações do CONAES e pelas Diretrizes elaboradas por Comissões Assessoras de Avaliação, nomeadas pela presidência do INEP, dentre profissionais da área que atuam em IES, com titulação de excelência. Destaca-se ainda a qualidade dos processos, análises e relatórios avaliativos produzidos.

Com essa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo utilizar os resultados do ENADE para subsidiar a compreensão e a reflexão sobre aspectos nucleares do trabalho pedagógico realizado na instituição.

Os objetivos específicos foram assim definidos:

1. Desenvolver um processo crítico de análise do ENADE sugerindo elementos para o seu aperfeiçoamento;
2. Propiciar reflexões sobre os currículos dos cursos.

Utilização dos Resultados da Avaliação Externa: uma Conquista em Processo

A estruturação do trabalho que tem resultado na transformação do ENADE de prova classificatória e regulatória a nível nacional, em processo formativo a nível institucional, se orientou por dois princípios básicos.

O primeiro deles refere-se à *participação qualificada*, que se fundamenta no caráter participativo do processo de avaliação como condição para a consciência da realidade e o compromisso com propostas de mudanças. Tal participação está calcada no respeito aos docentes universitários pela sua vivência e inserção na universidade. Assim, assegurou-se a presença de atores diretamente envolvidos com o objeto de avaliação, compondo com outros que vivem o ambiente institucional. Foram



gerados espaços de diálogo – as *oficinas de trabalho*, que ocorreram em diferentes momentos do estudo e organizadas de forma a favorecer o debate e a reflexão, sempre a partir de material de apoio previamente preparado em forma de propostas preliminares.

O segundo princípio considera a *legitimação* pelo grupo dos principais encaminhamentos do trabalho. Tal oportunidade, vinculada à participação, se constitui como facilitador do envolvimento dos sujeitos e da superação de resistências e preconceitos em relação à avaliação externa produzida pelos órgãos oficiais. Foram previstos encontros de legitimação que ocorreram em momentos específicos do processo de trabalho:

- na construção da matriz do projeto, quando definiu-se a grade de leitura dos dados levantados e dos documentos oficiais, como provas e Relatórios do ENADE/06, no que diz respeito aos itens de componentes geral e específico;
- no desenvolvimento do estudo, para legitimação das prioridades e dos procedimentos de coleta e análise de dados, bem como das formas de envolvimento dos participantes no processo.
- na análise e interpretação dos dados, para legitimação das análises e das sugestões e indicativos para tomadas de decisão decorrentes do trabalho.

Ainda se coloca como pressuposto do estudo, o reconhecimento de que o olhar avaliativo deve implicar a leitura compreensiva e a interpretação historicizada da realidade, a partir de um processo intersubjetivo de produção de sentidos pela comunidade. Nessa perspectiva, a análise dos resultados do ENADE/2006 não deve ser reduzida à produção de um relatório, mas considerar o



processo histórico de cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que tem as marcas da construção coletiva. Além disso, deve reconhecer outras leituras já realizadas, produto das diferentes iniciativas de avaliação previstas no próprio PPC ou no projeto de avaliação institucional – estudo de resultados de avaliações de professores realizadas pelos alunos e informações quantitativas sistematizadas: evasão, oferta de vagas, iniciação científica etc. –, que se constituem preocupação contínua dos diversos setores da universidade.

As possibilidades de desvelamento da realidade implicam também na aceitação de que as práticas avaliativas são mediadas por elementos de natureza psicossocial que são orientadores das ações dos sujeitos, podendo acarretar facilidades ou dificuldades para o encaminhamento da avaliação. Tais elementos precisam ser desvendados no processo, juntamente com os sujeitos envolvidos, a fim de minimizar possíveis resistências e fazendo fluir o movimento instituinte que a avaliação pode gerar.

Metodologia

O estudo proposto demandou opções metodológicas que permitiram ampliar a visão do uso dos resultados do ENADE a partir do envolvimento de professores e coordenações de diferentes cursos. Levou-se em consideração: 1) a avaliação como um ato social com o objetivo de fornecer aos envolvidos respostas e pistas para a tomada de decisão; 2) o perfil e a cultura organizacional da universidade exigem um conjunto de ações para assegurar o envolvimento dos docentes.

Como recorte de trabalho, optou-se pelos cursos avaliados em 2006, cujos resultados chegaram à Institui-



ção em 2007. Foram eles: Administração, Jornalismo, Psicologia, Teatro, Turismo, Publicidade e Direito.

Assim, o encaminhamento do estudo se estruturou a partir das seguintes etapas:

- **Etapa 1 – Preparatória**, envolvendo: a construção da matriz de avaliação, para análise do ENADE/06; a análise técnica da prova; a sintetização dos resultados de desempenho em nível local, regional e nacional.
- **Etapa 2 – Coleta de informações**, envolvendo: a elaboração do conjunto de instrumentos avaliativos a serem utilizados pelos cursos para registro dos dados resultantes das manifestações dos docentes; os momentos de encontro para sensibilização dos envolvidos; a efetivação dos procedimentos de coleta.
- **Etapa 3 – Processamento, sistematização e análises.**
- **Etapa 4 – Encaminhamentos para tomada de decisões.**

Etapa 1 – Preparatória

A elaboração de uma matriz da avaliação se constituiu como condição básica para as reflexões de todas as demais etapas do trabalho avaliativo. A matriz, enquanto produto da construção coletiva, é o quadro de referência definido pelo grupo participante para leitura e análise dos resultados do ENADE/2006.

A matriz avaliativa foi organizada contemplando as *Questões avaliativas* do estudo, os principais *Indicadores* de análise das informações da realidade, os *Procedimentos* para realização das análises em forma de questões a



serem respondidas pelos docentes, a especificação dos *Instrumentos*, que foram inseridos em Cadernos orientadores do trabalho e a discriminação dos *Envolvidos* em cada momento de análise.

As questões avaliativas norteadoras do encaminhamento do trabalho foram assim delineadas:

- Como se organiza o ensino de formação geral e da formação específica?
- Quem assegura o processo de ensino?
- O que se espera que os alunos aprendam?
- Qual a expectativa de desempenho dos alunos da universidade quando comparado com os resultados nacional e/ou regional?
- Quais concepções e saberes docentes podem ser reveladas?

O **quadro 1** apresenta a composição da matriz avaliativa utilizada no estudo.

Na etapa preparatória também foram explorados os relatórios do ENADE por curso e extraídas informações relevantes – conteúdos predominantes, habilidades aferidas, porcentagens de acerto regional e da universidade – para o desenvolvimento do trabalho.

Etapa 2- Coleta de informações

Para a coleta de dados foram elaborados três cadernos distintos, estruturados de forma a permitir a exploração de cada item da prova, tanto os relativos à formação geral como à formação específica, contendo questões estimuladoras de análise, além de orientações à coordenação para o encaminhamento do trabalho. Os cadernos foram assim especificados:



Quadro 1 – Matriz avaliativa do estudo

| Questões avaliativas do estudo | Indicadores | Procedimentos | Instrumentos | Público envolvido |
|--|--|--|--------------|---|
| Como se organiza o ensino de formação geral e da formação específica? | Coerência A) Temas avaliados em relação à formação geral e as expectativas dessa formação; B) Habilidades avaliadas em relação à formação geral e as expectativas dessa formação; | Questões a serem respondidas 1 – Os temas avaliados contemplam os aspectos desejáveis para a formação geral dos estudantes dessa universidade? Em caso negativo aponte no máximo até dez temas que considera essenciais para medir a formação geral dos estudantes. 2 – As habilidades acadêmicas avaliadas contemplam os aspectos desejáveis para a formação geral dos estudantes desta universidade? Em caso negativo aponte no máximo até dez habilidades que considera essenciais para medir a formação geral dos estudantes desta universidade | Caderno 1 | Todos os professores do curso e coordenação |
| Quem assegura o processo de ensino? | Validade de conteúdo Em que medida a prova contém uma amostra significativa do conteúdo relevante do domínio que foi ensinado e que se pretende avaliar | Questões a serem respondidas 1 – O conteúdo que o item se propõe a medir foi desenvolvido no curso? Sim () Não () 2 – Se Sim, especifique: disciplina; semestre/ano; professor | Caderno 2 | Coordenação de curso |
| O que se espera que os alunos aprendam? Qual a expectativa de desempenho quando comparado com os resultados nacional e/ou regional? Quais concepções e saberes docentes podem ser reveladas? | Validade de conteúdo Em que medida a prova contém uma amostra significativa do conteúdo relevante do domínio que foi ensinado e que se pretende avaliar Grau de expectativa dos docentes frente aos resultados do ENADE Tipos de saberes docentes identificados | Questões a serem respondidas 1 – Os conteúdos predominantes que a questão se propõe a medir deveriam ser trabalhados na disciplina que você ministra? Justifique sua resposta. 2 – A habilidade/competência que a questão se propõe a medir foi trabalhada na disciplina que você ministra? Em caso negativo, porque a habilidade/competência não foi trabalhada? 3 – Observando os resultados obtidos neste item, como você analisaria o desempenho dos alunos desta universidade? | Caderno 3 | Professores especialistas |



- **Caderno 1: Especificação:** a) 10 itens de formação geral da prova do ENADE; b) tabelas apresentando os conteúdos/habilidades de cada item; c) tabelas com o índice de desempenhos dos alunos da Região Sudeste e da PUC-SP em cada item; d) 02 questões a serem respondidas pelo conjunto de professores do curso. **Orientação:** A coordenação e o conjunto de professores do curso analisarão os itens de formação geral e responderão as questões propostas. É sugerido que o trabalho seja feito durante um dos momentos coletivos do curso.
- **Caderno 2: Especificação:** a) tabelas com os conteúdos/habilidades dos 30 itens do componente específico da prova do ENADE; b) 1 questão e 2 quadros para informação pela coordenação sobre qual(is) disciplina(s) trabalharam os conteúdos dos itens. **Orientação:** a coordenação do curso responderá as questões e preencherá os quadros, informando as disciplinas que trabalharam os conteúdos dos itens do componente específico da prova do ENADE.
- **Caderno 3: Especificação:** a) 30 itens do componente específico da prova do ENADE; b) tabelas com os conteúdos/habilidades de cada item; c) tabelas com o índice de desempenhos dos alunos da Região Sudeste e da PUC-SP em cada item; d) 03 questões por item a serem respondidas pelo(s) professor(s). **Orientação:** Os itens do componente específico da prova do ENADE serão encaminhados separadamente a cada professor (conforme a orientação fornecida pela coordenação no caderno 2) que responderá as 3 questões encontradas no verso do item e encaminhará as respostas digitalizadas à coordenação.

Para a concretização da etapa de coleta de informações foi realizado um trabalho de sensibilização, visando



a legitimação pelo grupo dos procedimentos de análises a serem desencadeadas, que implicavam em reflexões orientadas sobre os componentes e resultados da prova do ENADE levando em conta a proposta curricular prevista no projeto pedagógico do curso (PPC).

Etapa 3 – Processamento, sistematização e análises

Os dados produzidos pelos cursos, registrados nos cadernos previstos para a realização do trabalho, foram sistematizados e processados utilizando-se recursos computacionais, incluindo *softwares* como o SPSS Statistical Package for the Social Sciences, v. 11V). As análises foram orientadas pelas questões avaliativas, pelos indicadores e critérios previstos na matriz avaliativa.

Constatou-se que a análise dos resultados de uma avaliação somativa do rendimento dos alunos – o ENADE, revela potencial formador, contribuindo para discussão de currículo e do trabalho docente.

Os indicadores criteriosais definidos foram fundamentais para a reflexão dos docentes, orientados pelas questões avaliativas:

- a verificação da coerência dos temas e habilidades de formação geral avaliadas pela prova em relação às expectativas dessa formação previstas pelo projeto do curso;
- a análise da validade do conteúdo, ou seja, em que medida o teste abrange amostra significativa dos conteúdos considerados relevantes do domínio a ser ensinado e que se pretende avaliar.
- o grau de expectativa dos docentes frente aos resultados do ENADE pelos alunos da instituição.
- tipo de concepções e saberes docentes identificados.



O envolvimento com o trabalho permitiu a identificação de elementos de realidade relativos a concepções e saberes docentes sobre formação, inter-relação de disciplinas, composição curricular, aprendizagem, didática, avaliação, entre outros, que, desvelados, estimularam processos de autoria individual e grupal.

Etapa 4 – Encaminhamentos para tomada de decisões

Essa etapa é considerada essencial no processo avaliativo, quando se compreende a avaliação como instrumento para o aperfeiçoamento da realidade, dando sentido aos dados, subsidiando decisões. Foram previstos momentos para devolutiva das interpretações das informações, em espaços de participação que possibilitaram a legitimação das análises, com complementações e aprofundamento de reflexões pelo grupo de docentes e gestores do curso, enquanto sujeitos do processo educacional. Procedeu-se a uma sensibilização qualificada, oferecendo subsídios para os docentes e gestores pensarem o curso, ajudando-os a se fortalecer para atuar na reorientação de rumos, e/ou alterações de metas propostas no projeto pedagógico do curso e na adequação de duas ações.

Torna-se, então, possível concretizar a perspectiva formativa da avaliação, buscando-se a melhoria do ensinar e do aprender, com ênfase nos processos vividos pelos protagonistas acadêmicos.

Considerações Finais

Esse estudo, inevitavelmente, lança desafios para os educadores da educação superior: compreenderem a avaliação como ferramenta possível para o atendimento



de suas motivações e expectativas de desenvolvimento profissional e pessoal.

Uma primeira consideração é a ausência quase que total de investigações associadas ao uso de resultados de macro avaliações favorecendo a tomada de decisões quanto a aspectos pedagógicos. Assim, parece prioritária a definição de investigações que centrem o olhar nos produtos das aprendizagens, que acontecem realmente no interior das salas de aula, e, a partir desses resultados, possibilitarem a reflexão, a organização e a implementação dos projetos de curso, que contribuam para dar sentido ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Dessa forma, o estudo evidenciou a potencialidade que os resultados de uma avaliação somativa, classificatória como o ENADE, com funções de orientar e regular políticas nacionais, podem ter para o desenvolvimento e reflexão particular de uma IES, de um projeto de curso, constituindo-se em uma avaliação formativa. Não se trata de se posicionar contra ou a favor do exame oficial de desempenho do aluno, mas da produção de uma crítica, que se propõe a produzir a ambiência da avaliação externa no cotidiano da universidade. Nesse contexto fica também possibilitado um diálogo com o ENADE, oferecendo elementos para seu aperfeiçoamento.

Trata-se de construir um uso da avaliação transformando-a em subsídio para ajudar a reflexão, fortalecendo os sujeitos da universidade a tomarem decisões. Estamos cientes que os processos de tomada de decisões, a partir de resultados de avaliação, dependem de uma gama de fatores que passam por resistências culturais, falta de políticas educacionais e condições de ensino. Nesse contexto também reconhecemos a dimensão da subjetividade, ou seja, o reconhecimento da importância de quem toma as decisões. Tedesco (2004), nos alerta para a im-





possibilidade de se implantar políticas educacionais sem considerar as subjetividades dos atores dos processos educativos.

Assim sendo, o uso dos resultados do ENADE numa dimensão de avaliação formativa, pressupôs encaminhamentos estruturados não *para os professores*, mas *com os professores*. Essa compreensão se concretiza por definições de ações que favorecem sua participação qualificada no estudo e pela legitimação das ações que, ao mesmo tempo, colaboram para se atingir o objetivo de melhorar os projetos de cursos, os resultados das aprendizagens dos alunos, mas também favorecem o desenvolvimento da dimensão subjetiva dos professores.

Tal possibilidade metodológica credita aos professores de instituição educativa de nível superior o poder de autoria de seu trabalho garantindo a ele uma forte personalização. Os educadores se percebem como sujeitos capazes de formular um projeto; de criticar aspectos associados a esse projeto e finalmente se sentem capazes de, apesar das dificuldades impostas pelo contexto, superar adversidades.

Bibliografia

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (2007). Escola, comunidade e educação. Avaliação em Educação: o que a escola pode fazer para melhorar seus resultados? *In: Cadernos Cenpec / Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária*. –N. 3 (2007) – São Paulo: CENPEC.

CUNHA, Maria Isabel. (2002). “Impactos das políticas de avaliação externa na configuração da docência”. *In: ROSA, Dalva. E.G; SOUZA, Vanilton C. (orgs). Políticas or-*



organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A.

FERNANDES, D. (1992). O Tempo da Avaliação. Noesis. nº 23. I.I.E. Lisboa.

_____. (2005) Avaliação das Aprendizagens: Desafios às Teorias, Práticas e Políticas. Coleção “Educação Hoje”. 1ª Edição. Lisboa: Texto Editores.47.

FIRME, T. P. (1994) Avaliação, tendências e tendenciosidades. In: *Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas educacionais*, Rio de Janeiro, vol.1, n. 2, p. 5-12, jan./mar.

GATTI, Bernardete.(2007) Precisamos de política educacional efetiva, antes de avaliar. In: *Avaliação em Educação: o que a escola pode fazer para melhorar seus resultados? Cadernos Cenpec / Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.* – N. 3 (2007) – São Paulo: CENPEC.

GARCIA RAMOS, J. M. (1989). Bases Pedagógicas de la Evaluación. Madrid: Síntesis. PEREZ JUSTE, R & GARCIA RAMOS, J. M. (1989). Diagnóstico, Evaluación y Toma de Decisiones. Madrid: Rialp.

MARCONDES, Anamérica P. (2002). “Políticas públicas de avaliação do ensino superior e seus significados produzidos pela mídia escrita”. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados.* v.14-15, p.223-238.

POPHAM, W. J. (1980). Problemas e Técnicas de la Evaluación Educativa. Madrid: Anaya.

ROSALES, C. (1992). Avaliar é Reflectir sobre o Ensino. Porto: Edições ASA.

SOUSA, Sandra M.Z.L.(2002). “Possíveis impactos da avaliação externa no currículo escolar”. In: ROSA, Dalva. E. G; SOUZA, Vanilton. C. (orgs). *Políticas organizativas e*



curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A. p.23-38.

TEDESCO, Juan Carlos (2004). Igualdad de oportunidades y política educativa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.34, n. 123, p. 555-572, set./dez.